

cisão concretiza a decisão ruim. O debate ambiental sobre geração de energia hidrelétrica é sempre anúncio de benefício à geração de energia termelétrica – e, do jeito que estamos no Brasil, a óleo combustível. Quer dizer, atrasar é ambientalmente ruim e caro para o consumidor.

Precisamos fechar para balanço e tentar ver quais são ainda os benefícios necessários à população brasileira para que o sistema tenha segurança, quais são os estímulos necessários à produção e o que ocorrerá na ausência de nossas ações. Porque, quando uma crise é gerida, discutida e observada por agentes interinos sem sustentação definitiva, costuma não haver ninguém para responder por ela. Essa crítica é também retroativa, porque houve um momento no setor elétrico brasileiro em que foi preciso buscar o Ministro da Casa Civil para responder por uma câmara de gestão de emergência.

Diga-se de passagem, nesses 5 anos em que acompanhamos o setor elétrico, a entrada de usinas no sistema e a providência de suprir esse sistema foram devidamente negociadas, com todo o custo político, durante o apagão ocorrido no Governo passado, do PSDB. Sofremos o desgaste político, negociamos a solução para a crise. Agora se aproxima um período em que o que deixamos acordado e as usinas que iam entrar no sistema não são suficientes. Não há novos empreendimentos.

A discussão é muito grande sobre a qualidade da geração de energia e há temor de que, com as perspectivas de alternância de poder, segundo pesquisas recentes da *Folha de S. Paulo*, que dão indicativo muito forte de desejo de mudança pela população brasileira, o PSDB venha a herdar novamente a crise que tentou solucionar.

Nestes pontos, o Governo atual é um desastre: aparelhamento político por cargos, envolvimento muito grande do partido e uma conta a pagar para a sociedade. Não sei se vão ter a grandeza que teve Fernando Henrique Cardoso de, no momento político mais difícil, assumir publicamente que havia necessidade de racionar energia e, junto com a população brasileira, resolver o problema.

O futuro está aí. Precisamos discutir essas questões para que 2008 venha, pelo menos, com as informações necessárias a serem passadas à população brasileira sobre quem consegue ainda fazer política com desgaste e dificuldades, mas conversando com a população, e quem governa pela televisão ou acredita que só a questão partidária pode sustentar um país no seu destino democrático. A força do poder tem limite.

Para encerrar, Sr. Presidente, acho que, nos últimos anos, não havia visto ainda na imprensa maior

barrigada do que as manchetes do resultado na Venezuela. Parece que foi unânime. Quero encontrar alguns amigos meus, analistas, para comentar o resultado da consulta, porque chega a ser engraçado o fato de todos os jornais terem anunciado a vitória de Chávez, e ele, o vermelho, amarelou, perdeu a convocação do referendo. Encontrando-me com alguns entusiastas do continuísmo, percebi que sua derrota fez mais efeito no Brasil, no Congresso, para alguns governistas, do que na Venezuela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) –Concedo a palavra ao nobre Deputado Sarney Filho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PV. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores ouvintes da *Rádio Câmara* e telespectadores da *TV Câmara*, gostaria de registrar a abertura da XIII Conferência das Partes (COP) da Convenção Marco sobre a Mudança Climática, atualmente, talvez o fórum internacional mais importante para essa discussão.

Sr. Presidente, em Bali vão ser discutidas as mudanças climáticas produzidas de maneira muito maior do que naturalmente seriam pela ação do homem no seu processo civilizatório. Mudanças climáticas que ameaçam o equilíbrio ecológico, a própria vida no planeta Terra, por cujas emissões os países desenvolvidos são os maiores responsáveis. Mas os países em desenvolvimento, tais como China, Índia e Brasil, já começam a assumir a liderança nesse triste processo.

Portanto quero registrar o começo dessa discussão internacional, nossa preocupação e nossa solidariedade àqueles que querem um mundo melhor, que desejam que nosso desenvolvimento se faça de maneira mais harmônica, respeitando-se não somente a qualidade de vida dos seres humanos, mas o próprio equilíbrio da vida no planeta Terra. A agenda que se vai discutir nessa reunião é muito importante.

Meu caro Presidente, 2 coisas importantes vão se discutir lá. Primeiro, o fim do Protocolo de Kyoto, em 2012. Os países desenvolvidos signatários tinham como meta reduzir suas emissões em até 5,2% das emissões de 1990. Esse acordo, em 2012, vai findar. É necessário um novo tipo de pacto entre as nações.

Desde já, em 2007, temos de começar a preparar o terreno para que, em 2009, já haja um novo pacto internacional para cuidar das mudanças climáticas em 2013. Esses assuntos são demorados, envolvem Congresso, decisões de fóruns internacionais, exigem consenso. É preciso que, desde já, se comece a buscar um modelo, um processo de entendimento.

Quanto ao mérito, a confusão é muito grande. Há países, por exemplo, como o Brasil, como já disse, que até agora não assumiram a postura de ter uma meta de redução de suas emissões. Índia e China também não. Só que o Brasil tem um grande diferencial: 75% de nossas emissões se dão por causa do desmatamento na Amazônia. Então, se o diminuirmos, como fizemos nos 2 últimos anos – só nos últimos 10 meses começou a crescer de novo –, vamos ter assumido uma meta de redução, porque, quando ocorre o desmatamento, ocorre imediatamente o cálculo das emissões, feito no nosso único inventário até agora existente.

Pois bem, o Brasil deveria assumir uma meta, constringer países como China e Índia. Esses, sim, para assumirem uma meta de suas reduções, vão ter de mexer na sua matriz energética, nas suas emissões de gases de efeito estufa, principalmente, oriundos de combustíveis fósseis. Nós não. Para o Brasil assumir, basta que diminua o desmatamento na Amazônia. Basta isso para que o Brasil lidere o processo mundial de redução das emissões e possa, com altivez, liderar esse processo internacionalmente.

Mas há também a discussão de que o mundo deveria assumir como meta apenas um aquecimento de 2 graus até o fim deste século. Pois bem. Para assumir essa meta, cientificamente teríamos que reduzir, hoje, as emissões no mundo todo em 50%. Mesmo assim, já há países, como as Ilhas Maldivas e Tuvalu, que com esse aquecimento de 2 graus estarão destinados à extinção, ou seja, serão consumidos pelo aumento do nível dos mares.

Sr. Presidente, é isso que está em discussão e é por isso que esta Casa precisa ficar atenta a essas discussões. Hoje, o Poder Legislativo tem uma Comissão Mista encarregada de oferecer parecer a respeito das políticas públicas contra o aquecimento global, ou seja, mudanças climáticas. Temos também grupos de trabalho na Frente Parlamentar Ambientalista e na Comissão do Meio Ambiente. A Câmara dos Deputados já aprovou projetos de lei importantes de autoria de Deputados, como, por exemplo, o projeto de lei que obriga o Brasil a, voluntariamente, sem nenhum compromisso internacional, assumir metas de redução. Para quê? Para aquilo que já tínhamos dito anteriormente. Há outros projetos de lei que obrigam o Brasil a fazer seu inventário de emissões a cada ano. Há outras matérias que obrigam o nosso País a adotar uma política nacional unificada de combate ao aquecimento global. Até agora não temos essa política. São vários Ministérios com inserções diferenciadas.

Sr. Presidente, espero que essa reunião, a Conferência da Partes, que se vai dar também junto com aqueles que assinaram o Protocolo de Kyoto, traga

esperança não só para o Brasil, mas também para o mundo, de que vamos encontrar o caminho comum da convivência, para que possamos assegurar a melhoria do bem-estar da raça humana e também da vida do planeta Terra.

Que o Brasil possa unificar a sua linguagem e assumir a liderança nesse processo tão importante, já que o nosso País é megadiverso, ou seja, é um país que vai ser sempre o berço de futuros inventos genéticos, porque nós temos o maior banco genético da Terra, que está espalhado nas nossas florestas tropicais, que estamos destruindo mesmo sem conhecê-las.

Sr. Presidente, espero também que de lá saia uma solução para que as nossas políticas possam combater com eficácia o problema, inclusive decretando-se o desmatamento zero.

Afora tudo isso, quero dizer que talvez os outros Poderes tenham dúvidas se estão cumprindo com as suas obrigações, mas nós, da Câmara dos Deputados, temos a certeza de que, nesse aspecto, cumprimos nosso papel.

O SR. PRESIDENTE (Cleber Verde) –Deputado Sarney Filho, esta Presidência parabeniza V.Exa. pelo discurso tão oportuno, que certamente revela a preocupação desta Casa com relação à questão ambiental. Aliás, o Deputado Arlindo Chinaglia já tomou providências no sentido de compensar o impacto ambiental com a plantação de milhares de árvores no Estado de São Paulo. Parabenizo V.Exa., Deputado Sarney Filho, que tão bem representa o Estado do Maranhão.

Durante o discurso do Sr. Sarney Filho, o Sr. Moreira Mendes, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cleber Verde, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Cleber Verde) –Concedo a palavra ao nobre Deputado Moreira Mendes, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

O SR. MOREIRA MENDES (PPS-RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já ocupei esta tribuna por várias vezes para falar sobre assunto que diz respeito também ao PPS, já que uma de suas bandeiras é o desenvolvimento. Refiro-me, Sr. Presidente, ao Gasoduto Urucu—Porto Velho. Aliás, é muito oportuno registrar minhas considerações, exatamente após termos tido a oportunidade de ouvir os ilustres Deputados Eduardo Gomes, que analisou a fundo a questão, e Sarney Filho.

Semana passada, estava marcada uma audiência pública conjunta da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional com a Comissão de Minas e Energia, na qual deveriam